RELATÓRIO GAIA FIDC NP - 3T2025

GAIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NÃO PADRONIZADOS

Analista Responsável **JEAN SILVA**

Diretor Técnico **MAURÍCIO BASSI RINCÓN**

10 De Outubro De 2025

RATINGS

LEGENDA ↑ AUMENTO ↓ REBAIXAMENTO ✓ CONFIRMAÇÃO
✎ REVISÃO ✎ ATRIBUIÇÃO ✕ ENCERRAMENTO

FE0098-2021- FIDC - ÚNICA	**C(FE) ✓** **LONGO: ESTÁVEL**

CLASSIFICAÇÕES

FE0098-2021 / FIDC - Única / 40.054.828/0001-47

Confirmação do Rating C(FE) Longo prazo - Perspectiva Estável em 10 de outubro de 2025

Rating Inicial: Atribuição do Rating C(FE) Longo prazo - Perspectiva Estável em 13 de julho de 2021

SOBRE O COMITÊ

O Comitê de Rating referente a este relatório foi realizado em 10/10/2025, registrado sob o número de ata , e conduzido em conformidade com a POL-08 - Política de Comitê, garantindo aderência às diretrizes e boas práticas estabelecidas para o processo de avaliação. A política completa pode ser acessada em www.liberumratings.com.br.

FUNDAMENTOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Liberum Ratings confirmou a classificação de risco C de longo prazo para as cotas Única, do GAIA FIDC NP, com perspectiva estável.

O rating das Cotas do Gaia FIDC NP está fundamentado principalmente, entre outros aspectos, pela exposição ao risco, uma vez que, além das aplicações realizadas no Fundo não contarem com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora Especializada, do Custodiante ou de quaisquer terceiros, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), as Cotas de Classe Única não possuem outros mecanismos de proteção e cobertura, de maneira que estão mais suscetíveis aos movimentos da carteira, sejam eles positivos ou negativos.

Dentro desse contexto, a carteira é composta por Direitos Creditórios originalmente detidos pela Cedente, a Vera Cruz Prestação de Serviços Administrativos S/S Ltda., decorrentes da ação judicial nº 5007366-22.2019.4.03.6110, em trâmite perante a 4ª Vara Federal de Sorocaba, São Paulo, bem como, de forma geral, todas as ações e medidas, existentes ou futuras, que sejam a elas conexas ou incidentais ou delas decorrentes, e os respectivos recursos, existentes ou futuros, em qualquer instância, representados pelo Parecer Legal a ser emitido pelo Assessor Legal; pela cópia das principais peças do processo, sentenças e/ou despacho e alvarás; bem como pelos relatórios de acompanhamento, que serão emitidos e atualizados pelo Escritório de Advocacia sempre que solicitado pela Gestora, Administradora e/ou Custodiante.

Desta forma, o desempenho das cotas depende em grande medida da (i) evolução e do sucesso dos trâmites judiciais e burocráticos dos casos cedidos em suas respectivas etapas no ato da aquisição, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão de fato efetuados ou, caso o sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores previstos pelas partes envolvidas do fundo, de modo que tais ativos não possuem um fluxo bem definido de recebimentos, e, portanto, existe um potencial risco de falta de liquidez por longos períodos; (ii) da capacidade de pagamento dos órgãos da administração direta e indireta dos entes federativos; (iii) uma vez emitidos os precatórios, da sua inclusão no orçamento público, o que, dentro do contexto atual, com o aumento do nível de endividamento, permanece permeado de incertezas; e (iv) do reconhecimento do fundo como polo ativo da ação para mitigar o risco de fungibilidade dos recursos caso estes sejam depositados na conta da Cedente, além de potenciais pendências nesse CNPj que possam ser descontadas do valor recebido, sendo que este consta com o status de "default" no Serasa, além da composição societária possuir três espólios referente a três sócios de cinco sócios que compõem a sociedade.

Com isso em vista, a Liberum Ratings avalia que essas ativos possuem alto grau de risco especulativo, tendo em vista que, além do risco de falta de liquidez por um longo período, o que pode provocar oscilações expressivas na rentabilidade das Cotas, não se tem qualquer definição se de fato as ações adquiridas serão bem-sucedidas em seus respectivos processos, sendo que os cotistas poderão sofrer perdas em decorrência do valor da cessão, dos custos de monitoramento, bem como dos custos judiciais e extrajudiciais, entre outros ônus que se façam necessários.

CARACTERÍSTICAS E PARTES ENVOLVIDAS

Emitente	GAIA Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Não Padronizados
CNPJ	40.054.828/0001-47
Data de Registro	21/05/2021
Condomínio	Fechado
Investidor-Alvo	Profissional
Fundo Exclusivo	Não
Prazo de Funcionamento	25 anos
Principais Ativos	Direitos Creditórios originalmente detidos pela Cedente, a Vera Cruz Prestação de Serviços Administrativos S/S Ltda., objeto da ação judicial nº 5007366-22.2019.4.03.6110, em trâmite perante a 4ª Vara Federal de Sorocaba, São Paulo, bem como, de forma geral, todas as ações e medidas, existentes ou futuras, que sejam a elas conexas ou incidentais ou delas decorrentes, e os respectivos recursos, existentes ou futuros, em qualquer instância.
Taxa Mínima de Cessão	NA
Concentração Maior Cedente	100%
Concentração Maior Sacado	100%
Administrador	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Custodiante	Banco BTG Pactual S.A.
Gestor	JUS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA
Cedente	VERA CRUZ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS S/S LTDA

CARACTERÍSTICAS DOS ATIVOS

FIDC - ÚNICA

Data da emissão	05/2021
Valor Unitário de Emissão	R$ 100.000,00
Quantidade de Cotas na Emissão	550
Amortização / Resgate	Regime de caixa

DESEMPENHO DO FUNDO

Durante o 3º trimestre de 2025, o GAIA FIDC NP apresentou um patrimônio líquido de R$ 138,0 milhões em setembro, possuindo R$ 137,8 milhões alocados em Créditos a Vencer. Não houve captações ou amortizações ao longo do trimestre. A rentabilidade acumulada das cotas foi de 2,23% no trimestre.

VETORES DE RATING

O rating das Cotas do Gaia FIDC NP está fundamentado pelo perfil de risco e pelos critérios de elegibilidade dos ativos potencialmente securitizáveis, bem como pela alocação dos recursos remanescentes, pelo estágio avançado da ação e pela experiência da gestora. Sendo assim, a perspectiva é estável, de modo que os principais aspectos que poderão acarretar o rebaixamento do rating se referem principalmente a alterações no marco jurídico que modifiquem o procedimento que os direitos creditórios são pagos influenciando o fluxo de caixa projetado do Fundo e, assim como decisões em relação as diversas contestações da União que possam protelar o cronograma de pagamento ou alterar o valor do precatório(s)/ação judicial.

FLUXO DE CAIXA/LIQUIDEZ

O risco de falta de liquidez é determinado principalmente pelo perfil de risco dos direitos creditórios, pelo seu prazo médio e pelas condições de resgate das cotas avaliadas. Os principais aspectos que poderão comprometer a formação de liquidez se referem principalmente ao alongamento do prazo médio dos direitos creditórios e ao aumento do nível de inadimplência, que se refletiria em redução das rendas obtidas com o fluxo de recebimento dos créditos. Ainda, o risco de liquidez, na visão da Liberum Ratings, recai sobre a qualidade dos direitos creditórios, uma vez que a principal fonte de recurso do Fundo para efetuar o pagamento da amortização das cotas é a liquidação dos direitos creditórios. No caso do Gaia FIDC NP, as liquidações dependem da evolução e do sucesso dos trâmites judiciais até o levantamento das quantias depositadas, uma vez que as operações são oriundas de ações judiciais no Brasil movidas contra entes públicos, com sentença transitada em julgado, podendo ser representados por precatórios já emitidos ou a serem emitidos, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão de fato efetuados ou, caso o sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores previstos pelas partes envolvidas do fundo, de modo que tais ativos não possuem um fluxo bem definido de recebimentos, e, portanto, existe um potencial risco de falta de liquidez por longos períodos.

CONSIDERAÇÕES DO RATING

O Investidor que aplicar os seus recursos no Gaia NP está tomando o risco de uma carteira composta por operações oriundas de ações judiciais no Brasil movidas contra entes públicos, com sentença transitada em julgado, podendo ser representados por precatórios já emitidos ou a serem emitidos, portanto, não existindo definição de estágio dos processos a serem adquiridos pelo fundo.

Sendo assim, é possível que medidas judiciais pendentes, ajuizadas pelos devedores ou terceiros (e.g. Ministério Público), atrasem o pagamento ou afetem a validade, existência ou montante dos Direitos Creditórios. Dentre tais medidas pode citar-se, por exemplo, ação rescisória (e.g. fundada em violação literal a disposições legais ou existência de erro material), ação civil pública (e.g. contestando laudos periciais etc.), medida cautelar ou agravo de instrumento (e.g. requerendo suspensão da expedição de alvará de levantamentos de parcelas), dentre outras.

Dentro desse contexto, a carteira é composta por dos Direitos Creditórios originalmente detidos pela Cedente, a Vera Cruz Prestação de Serviços Administrativos S/S Ltda., objeto da ação judicial nº 5007366-22.2019.4.03.6110, em trâmite perante a 4ª Vara Federal de Sorocaba, São Paulo, bem como, de forma geral, todas as ações e medidas, existentes ou futuras, que sejam a elas conexas ou incidentais ou delas decorrentes, e os respectivos recursos, existentes ou futuros, em qualquer instância, representados pelo Parecer Legal a ser emitido pelo Assessor Legal; pela cópia das principais peças do processo, sentenças e/ou despacho e alvarás; bem como pelos relatórios de acompanhamento, que serão emitidos e atualizados pelo Escritório de Advocacia sempre que solicitado pela Gestora, Administradora e/ou Custodiante.

Essa ação prevê a recomposição do valor global das diárias pagas aos hospitais psiquiátricos pelo SUS em decorrência da quebra de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos a partir da Portaria 224/1992 da Secretaria Nacional de Assistência à Saúde - SNAS - considerando que a Cedente participou, na qualidade de substituída processual, da ação judicial n.º 2000.34.00.006416-0, ajuizada pela Federação Brasileira de Hospitais (“FBH”) contra a União Federal, que tramitou perante a 4ª Vara Federal do Distrito Federal (“Ação Coletiva FBH”), iniciando execução individual de sentença e se tornando a legítima e exclusiva titular e beneficiária de 100% dos direitos relativos ao recebimento de quaisquer valores, incluindo todos os juros, correção monetária, multas e demais consectários aplicáveis sobre tais valores), que vierem a ser atribuídos, constituídos ou reconhecidos em seu nome.

Desta forma, o desempenho das cotas depende em grande medida da (i) evolução e do sucesso dos trâmites judiciais e burocráticos dos casos cedidos em suas respectivas etapas no ato da aquisição, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão de fato efetuados ou, caso o sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores previstos pelas partes envolvidas do fundo, de modo que tais ativos não possuem um fluxo bem definido de recebimentos, e, portanto, existe um potencial risco de falta de liquidez por longos períodos; (ii) da capacidade de pagamento dos órgãos da administração direta e indireta dos entes federativos; (iii) uma vez emitidos os precatórios, da sua inclusão no orçamento público, o que, dentro do contexto atual, com o aumento do nível de endividamento, permanece permeado de incertezas; e (iv) do reconhecimento do fundo como polo ativo da ação para mitigar o risco de fungibilidade dos recursos caso estes sejam depositados na conta da Cedente, além de potenciais pendências nesse CNPj que possam ser descontadas do valor recebido, sendo que este consta com o status de "default" no Serasa, além da composição societária possuir três espólios referente a três sócios de cinco

sócios que compõem a sociedade.

Sendo assim, a Liberum Ratings avalia que essas ativos possuem alto grau de risco especulativo, tendo em vista que, além do risco de falta de liquidez por um longo período, o que pode provocar oscilações expressivas na rentabilidade das Cotas, não se tem qualquer definição se de fato as ações adquiridas serão bem-sucedidas em seus respectivos processos, sendo que os cotistas poderão sofrer perdas em decorrência do valor da cessão, dos custos de monitoramento, bem como dos custos judiciais e extrajudiciais, entre outros ônus que se façam necessários.

As liquidações dos direitos creditórios dependem do prazo de levantamento dos recursos e da liquidação propriamente dita, uma vez que as operações são oriundas de ações judiciais no Brasil movidas contra entes públicos, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão de fato efetuados ou, caso o sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores previstos pelas partes envolvidas do fundo, de modo que tais ativos não possuem um fluxo bem definido de recebimentos, e, portanto, existe um potencial risco de falta de liquidez por longos períodos.

As ações oriundas de empresas com suas atividades ativas possuem um potencial risco de retrocessão, afetando o pagamento ou mesmo a validade da cessão, uma vez que parte dos recursos podem estar comprometidos em decorrência de impostos devidos, ações trabalhistas, dentre outras questões. Sendo assim, caso a decisão que deu origem ao Direito de Crédito seja revertida, as quantias devidas poderão ter que ser restituídas caso já tenham sido levantadas ou mesmo ter o seu levantamento suspenso temporariamente.

Além disso, a titularidade do Fundo quanto aos Direitos Creditórios poderá não ser reconhecida ou ser inviabilizada, assim como um terceiro poderá alegar ser o legítimo titular dos Direitos Creditórios (devendo ocorrer assim uma disputa judicial para resolver o litígio). Desta forma, não é possível assegurar que nenhum terceiro irá contestar a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, baseado na invalidade ou fraude na cadeia da cessão decorrente de ações ou omissões do Cedente, Emissor ou do reclamante, como cessionário anterior, ou devido à existência de qualquer outro ônus decorrente de ações ou omissões do Cedente, Emissor ou do reclamante; impactando o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios para o fundo.

É importante atentar que os Direitos Creditórios, sejam eles ações judiciais ou precatórios, estão sujeitos à capacidade dos seus devedores, entes públicos, em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Nesse contexto, a Liberum Ratings observa que a pandemia atual do Covid-19 tem provocado alterações significativas no orçamento das entidades de Direito Público, caracterizado pelo aumento de despesas de caráter contingencial, e, consequentemente, pelo aumento do nível do endividamento público.

Desta forma, os direitos creditórios analisados estão mais suscetíveis a não inclusão em seu respectivo orçamento de verbas relativas aos Direitos Creditórios originados de precatórios judiciais, ou mesmo se devidamente incluídos, suscetíveis a inadimplência ou atrasos das Entidades de Direito Público. No entanto, a União Federal tem um bom histórico de pagamento dos precatórios, mesmo durante esse ambiente mais adverso.

Os recursos remanescentes que não estiverem alocados em direitos creditórios podem ser alocados em ativos com baixo perfil de risco, a saber: [a] moeda corrente nacional; [b] títulos de emissão do Tesouro Nacional; [c] títulos de emissão do Banco Central do Brasil ou de instituição financeira considerada por agência classificadora de risco em funcionamento no país como de baixo risco de crédito, tais como certificados de depósitos bancários; [d] cotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa; e [e] operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional.

Ademais, além das aplicações realizadas no Fundo não contarem com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora Especializada, do Custodiante ou de quaisquer terceiros, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), as Cotas Subordinadas Juniores não possuem outros mecanismos de proteção e cobertura, não tendo preferência em seus resgates/amortizações, de maneira que estão mais suscetíveis aos movimentos da carteira, sejam eles positivos ou negativos.

Por fim, é importante atentar para o fato de que fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado. Sendo assim, o resgate das cotas só poderá ser feito ao término do prazo de duração das respectivas classes e/ou séries das Cotas ou em função da liquidação do fundo. Em caso de liquidação antecipada, o fundo pode não dispor de recursos suficientes para pagamento aos cotistas, e caso o investidor queira se desfazer de suas cotas, poderá enfrentar baixa liquidez no mercado secundário e/ou perdas patrimoniais.

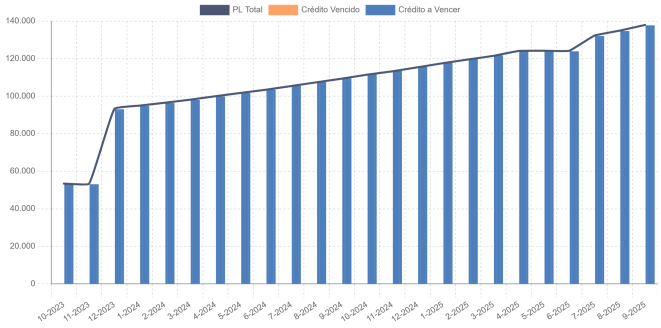
LÂMINAS

Nesta seção são apresentados dados históricos de performance do Fundo, conforme fornecidos à Liberum Ratings por parte de suas respectivas Administradoras. Os dados recebidos são trabalhados pela Liberum para fins de cálculo de diversos indicadores, apresentados em gráficos e tabelas, tal como se segue.

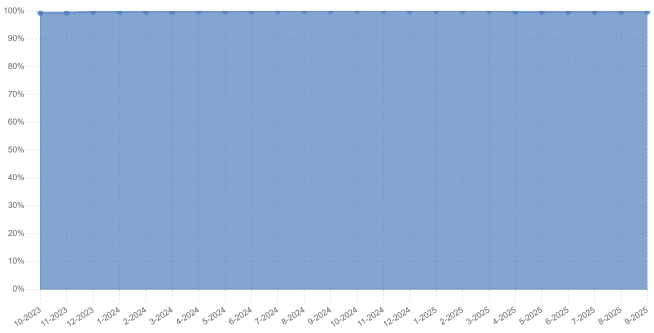
Composição do PL (R$ mil)

Período	PL	Créditos AV	Créditos V	Op. Comp.	Fundos de Invest.	Títulos Públicos	Tesouraria	CDB	Pagar/Receber	Outros	PDD
10-2024	111.468	111.621	0	0	19	0	0	0	-172	0	0
11-2024	113.252	113.452	0	0	16	0	0	0	-218	0	0
12-2024	115.409	115.511	0	0	13	0	0	0	-117	0	0
1-2025	117.575	117.709	0	0	11	0	0	0	-145	0	0
2-2025	119.570	119.743	0	0	9	0	0	0	-182	0	0
3-2025	121.493	121.707	0	0	7	0	0	0	-222	0	0
4-2025	124.127	123.810	0	0	450	0	0	0	-134	0	0
5-2025	124.220	123.916	0	0	314	0	0	0	-10	0	0
6-2025	124.200	123.916	0	0	297	0	0	0	-14	0	0
7-2025	132.302	132.052	0	0	259	0	0	0	-10	0	0
8-2025	134.954	134.730	0	0	240	0	0	0	-17	0	0
9-2025	137.962	137.760	0	0	221	0	0	0	-19	0	0

Composição do PL (R$ mil) - Gráfico



Alocação (Carteira % do PL + PDD)



PL das Cotas (R$ mil)

Período	Cota Única	FIDC
10-2024	111.468	111.468
11-2024	113.252	113.252
12-2024	115.409	115.409
1-2025	117.575	117.575
2-2025	119.570	119.570
3-2025	121.493	121.493
4-2025	124.127	124.127
5-2025	124.220	124.220
6-2025	124.200	124.200
7-2025	132.302	132.302
8-2025	134.954	134.954
9-2025	137.962	137.962

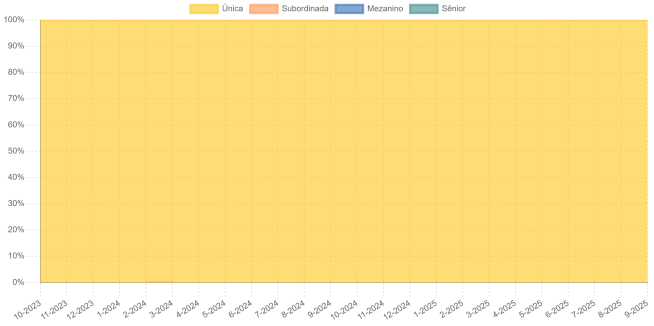
Quantidade de Cotas

Período	Cota Única
10-2024	550,20
11-2024	550,20
12-2024	550,20
1-2025	550,20
2-2025	550,20
3-2025	550,20
4-2025	553,15
5-2025	553,15
6-2025	553,15
7-2025	553,15
8-2025	553,15
9-2025	553,15

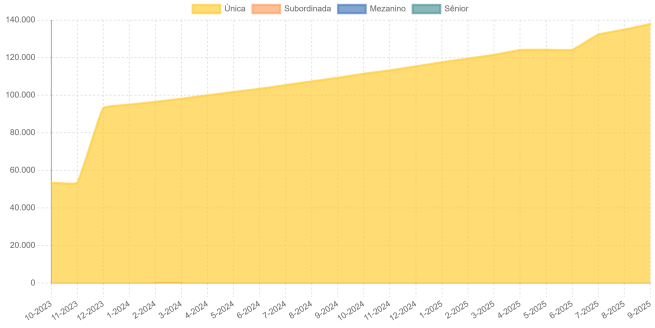
Valor das Cotas (R$)

Período	Cota Única
1-2025	213.693,39
2-2025	217.318,94
3-2025	220.814,87
4-2025	224.399,06
5-2025	224.568,48
6-2025	224.531,73
7-2025	239.177,94
8-2025	243.972,77
9-2025	249.411,81
10-2024	202.594,15
11-2024	205.835,38
12-2024	209.755,69

Composição do PL por Classe (% do PL) - Gráfico



PL das Cotas (R$ mil) - Gráfico



Captações (R$)

Período	Cota Única
10-2024	0
11-2024	0
12-2024	0
1-2025	0
2-2025	0
3-2025	0
4-2025	0
5-2025	0
6-2025	0
7-2025	0
8-2025	0
9-2025	0

Resgates e Amortizações (R$)

Período	Cota Única
10-2024	0
11-2024	0
12-2024	0
1-2025	0
2-2025	0
3-2025	0
4-2025	0
5-2025	0
6-2025	0
7-2025	0
8-2025	0
9-2025	0

Rentabilidade Mensal (%)

Período	Subordinada	Única
10-2024	0.0%	2.0%
11-2024	0.0%	1.6%
12-2024	0.0%	1.9%
1-2025	0.0%	1.9%
2-2025	0.0%	1.7%
3-2025	0.0%	1.6%
4-2025	0.0%	1.6%
5-2025	0.0%	0.1%
6-2025	0.0%	-0.0%
7-2025	0.0%	6.5%
8-2025	0.0%	2.0%
9-2025	0.0%	2.2%

CRITÉRIOS DA ANÁLISE

METODOLOGIA UTILIZADA

Metodologia(s) Liberum Ratings de Finanças Estruturadas e Metodologia de Monitoramento. Saiba mais em: www.liberumratings.com.br/pt/publications-methodologies.php

ESCALAS DE AVALIAÇÃO

Escala(s) Liberum Ratings de Crédito - Longo Prazo / Crédito - Curto Prazo Saiba mais em: http://www.liberumratings.com.br/pt/publications-scales.php

FREQUÊNCIA DE MONITORAMENTO

A política de monitoramento de ratings para esta(s) classe(s) de ativo(s) é descrita na Metodologia de Ratings de Finanças Estruturadas disponível no site da Liberum Ratings. www.liberumratings.com.br

PROCESSO DE DILIGÊNCIA SOBRE OS ATIVOS DE FINANÇAS ESTRUTURADAS

A presente avaliação se apoiou, entre outros, no uso de bases de dados históricas e comparativas para este tipo de ativo e o uso de modelos de análise proprietários, os quais consideram aspectos qualitativos e quantitativos especificamente associados a este tipo de ativo. (fe) representa o sufixo utilizado, pela Liberum Ratings, para ratings atribuídos a Finanças Estruturadas

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Privacidade e segurança são prioridades e nos comprometemos com a transparência do tratamento de dados pessoais dos nossos usuários/clientes. Por isso, estamos sob as normas da Constituição Federal de 1988 (art. 5º, LXXIX; e o art. 22º, XXX – incluídos pela EC 115/2022), das normas de Proteção de Dados (LGPD, Lei Federal 13.709/2018), das disposições consumeristas da Lei Federal 8078/1990 e as demais normas do ordenamento jurídico brasileiro aplicáveis.

DECLARAÇÕES REGULAMENTARES E INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- A Liberum Ratings está avaliando esta espécie de ativo financeiro pela primeira vez? Não
- Esta classificação foi comunicada a entidade avaliada ou partes relacionadas a ela e em decorrência desse fato, a nota atribuída foi alterada antes da emissão deste relatório? Não
- Informações posteriores a essa data podem causar a alteração da classificação ou dos fundamentos expostos neste relatório.
- As informações disponíveis para a emissão da classificação e, consequentemente, deste relatório foram consideradas suficientes e alinhadas com os requerimentos metodológicos aplicáveis para a mesma. As informações utilizadas foram encaminhadas pelo Administrador do Fundo, pelo Custodiante e pelo Consultor dos Direitos Creditórios. Também foram utilizadas informações de domínio público e privado.
- A Liberum Ratings prestou outros serviços para a entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não
- Houve serviços prestados por partes relacionadas da Liberum Ratings para entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não
- A classificação de risco foi contratada por terceiros, outros que a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não
- A entidade avaliada ou parte a ela relacionada é responsável por mais de 5% da receita anual da Liberum Ratings? Não.A Liberum Ratings publica anualmente a lista de entidades que representam mais do que 5% do seu faturamento em seu Formulário do Anexo 13. Acesse o formulário no site www.liberumratings.com.br.
- A Liberum Ratings, seus analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão de uma determinada classificação de risco, seus cônjuges, dependentes ou companheiros, tem, direta ou indiretamente, interesses financeiros e comerciais relevantes em relação à entidade avaliada? Não
- Os analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco tem vínculo com pessoa natural que trabalhe para a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não
- Os procedimentos adotados para a emissão desta classificação de risco e emissão de relatório de rating estão enquadrados nos critérios estipulados no Código de Conduta desta Agência bem como nos seus procedimentos de Controles Internos e o Compliance.
- A estrutura da operação avaliada apresenta concentração superior a 50% em um único devedor e/ou coobrigado? Não
- Há informação suficiente para a análise dos principais aspectos de governança corporativa do devedor e/ou coobrigado da operação? Não
- Este relatório padrão foi desenvolvido com o suporte de técnicas avançadas de machine learning? Sim

A Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. (Liberum Ratings) emite seus pareceres, opiniões e demais materiais com base em informações encaminhadas por terceiros, dados que são considerados confiáveis e precisos. No entanto, há a possibilidade de erros de ordem humana, técnica ou de qualquer outra índole na elaboração e transmissão dessas informações. Nesses casos, a Liberum Ratings não faz nenhuma representação, nem avaliza, garante ou se responsabiliza - de forma explícita ou implícita – por erros ou omissões nos dados recebidos, ou, ainda, sobre a exatidão, completude, resultados, abrangência e integridade dos mesmos.

Também não se responsabiliza por erros, omissões, resultados de opiniões ou análises que derivem de tais informações. O processo de análise utilizado pela Liberum Ratings não compreende a auditoria ou a verificação sistemática de tais informações. Eventuais investigações para a checagem desses dados variam, dependendo de fatos e circunstâncias.

Sob nenhuma circunstância, a Liberum Ratings, seus diretores, empregados, prestadores de serviços ou agentes serão responsabilizados civilmente ou de qualquer outra forma por quaisquer danos diretos, indiretos ou compensações, incluindo, mas não se limitando, a perda de dinheiro, lucros ou good will; pelo tempo perdido durante o uso ou impossibilidade de uso do website ou durante o prazo necessário para avaliação das informações recebidas e na elaboração das análises e opiniões, divulgadas ou não em seu website; por ações ou decisões tomadas com base nas opiniões da Liberum Ratings e demais informações veiculadas pelo seu website; por erros em quaisquer circunstâncias ou contingências, de controle ou não da Liberum Ratings e de seus agentes, originados pela comunicação, análise, interpretação, compilação, publicação ou entrega de quaisquer informações contidas e/ou disseminadas pelo website da Liberum Ratings.

Os ratings e quaisquer outras opiniões emitidas pela Liberum Ratings, ou outros materiais, são disponibilizados em seu website (www.liberumratings.com.br). Tais publicações são meras opiniões e devem ser interpretadas como tal. De nenhum modo e sob nenhuma circunstância devem ser consideradas como fatos ou verdades sobre a capacidade de crédito do emissor ou ativo financeiro (de crédito ou de qualquer outra índole) avaliado. Portanto, não representam, de nenhuma forma, recomendação para aquisição, venda ou manutenção de ativos em portfólio. Desse modo, as avaliações emitidas pela Liberum Ratings não são, nem substituem, prospectos ou demais informações, obrigatórias ou não, fornecidas ou apresentadas aos investidores e seus agentes na venda ou distribuição de ativos financeiros. Em razão de mudanças e/ou indisponibilidade de informações tidas como necessárias para a emissão e descontinuidade do monitoramento do rating, ou outros fatores considerados pertinentes, as classificações de risco emitidas pela Liberum Ratings podem ser alteradas, suspensas ou retiradas a qualquer momento. Os ratings públicos emitidos pela Liberum Ratings são atualizados em seu website (www.liberumratings.com.br).

Na maior parte dos casos, os trabalhos realizados pela Liberum Ratings são remunerados pelos emissores, estruturadores ou garantidores dos ativos avaliados.

Liberum Ratings

contato@liberumratings.com.br
+55 (11) 3165-4222
Rua Bandeira Paulista, N° 530, Conjunto 53, Itaim Bibi
São Paulo - SP, CEP: 04532-001